

## As representações de um Patrimônio: memória e identidade

*Las Representaciones de un Patrimonio: memoria e identidad*

*The representations of a patrimony: memory and identity*

**Fatiane Fernandes Pacheco<sup>1</sup>**

### Resumo

Este artigo apresenta parte dos resultados de uma pesquisa cujo objetivo consiste em averiguar as representações sociais da Ponte Internacional Mauá na memória das cidades Jaguarão/Brasil e Rio Branco/Uruguai na (re)construção de uma identidade fronteiriça. Declarada Monumento Histórico Nacional pelo Uruguai em 1977, no Brasil como o primeiro bem binacional pelo IPHAN em 2011 e ainda como o primeiro Patrimônio Cultural do MERCOSUL em 2012. Assim, a ponte tornou-se um patrimônio institucionalizado, mas além do valor material ela representa um símbolo das relações sociais de integração na fronteira entre Brasil e Uruguai, construídas na região pelos diferentes tempos históricos. Enfim as representações da ponte vão além das experiências vivenciadas no tempo presente. Para acessar as memórias da população fronteiriça utilizou-se método de História oral, com entrevista aberta com um roteiro semiestruturado. Assim sendo, o compartilhamento de um patrimônio cultural para as cidades de Jaguarão e Rio Branco torna-se significativo como uma forma de pertencimento e reconhecimento dos seus laços identitários, já que identidade é algo que se constrói e que se transforma durante toda uma vida.

Palavras-chave: Identidade; Memória; Patrimônio; Ponte Internacional Mauá.

### Resumen

Este artículo presenta parte de los resultados de una investigación cuyo objetivo consiste en averiguar las representaciones sociales del Puente Internacional Mauá en la memoria de las ciudades Yaguarón / Brasil y Rio Branco / Uruguay en la (re) construcción de una identidad fronteriza. Declarado Monumento Histórico Nacional por Uruguay en 1977, en Brasil como el primer bien binacional por el IPHAN en 2011 y aún como el primer Patrimonio Cultural del MERCOSUR en 2012. Así, el puente se ha convertido en un patrimonio institucionalizado, pero más allá del valor material que representa un símbolo de las relaciones sociales de integración en la frontera entre Brasil y Uruguay, construidas en la región por los diferentes tiempos históricos. En fin las representaciones del puente van más allá de las experiencias vivenciadas en el tiempo presente. Para acceder a las memorias de la población fronteriza se utilizó método de Historia oral, con entrevista abierta con un itinerario semiestruturado. Así, el compartir un patrimonio cultural para las ciudades de Yaguarón y Rio Branco se vuelve significativo como una forma de pertenencia y reconocimiento de sus lazos identitarios, ya que la identidad es algo que se construye y que se transforma durante toda una vida.

Palabras clave: Identidad; Memoria; Patrimonio; Puente Internacional Mauá.

### Abstract

This article presents part of the results of a research whose objective is to find out the social representations of the Mauá International Bridge in the memory of the cities Jaguarão / Brazil and Rio Branco / Uruguay in the (re) construction of a border identity. Declared a National Historical Monument by Uruguay in 1977, in Brazil as the first binational good by IPHAN in 2011 and still as the first Cultural Heritage of MERCOSUR in 2012. Thus, the bridge has become an institutionalized heritage, but beyond value material that represents a symbol of the social relations of integration in the border between Brazil and Uruguay, built in the region by the different historical times. In short the representations of the bridge go beyond the experiences lived in the present time. To access the memories of the border population, oral history method was used, with an open interview with a semi-structured itinerary. Thus, sharing a cultural heritage for the cities of Jaguarão and Rio Branco becomes

---

<sup>1</sup>Mestranda em Memória Social e Patrimônio Cultural no Programa de pós-graduação Memória Social e Patrimônio Cultural - PPGMP-UFPeL; Jaguarão, Rio Grande d Sul, Brasil; [fatianepacheco@gmail.com](mailto:fatianepacheco@gmail.com)

significant as a form of belonging and recognition of their identity ties, since identity is something that is built and transformed during a lifetime.

Key words: Identity; Memory; Patrimony; Mauá International Bridge.

## 1. Introdução

Na contemporaneidade, o patrimônio passou a ser o produto de um trabalho da memória na forma como é construído, conservado, defendido por um grupo social, pois, possui a capacidade de estimular a memória das pessoas vinculada a ele, por isso sua construção vem pela a valorização da memória e da identidade de grupo, assim Candau (2016, p.16) ressalta que “o patrimônio é uma dimensão da memória”.

A memória contemporaneamente, se apresenta a partir de diversas diretrizes e conceituações, sendo elas: como faculdade de lembrar, de reter impressões, ideias, lembranças, recordações e reminiscência. Todavia, torna-se um elemento essencial nos processos sociais e históricos, pois consiste em manter um sentimento de continuidade histórica de um grupo, já que o seu valor está atrelado às experiências vivenciadas pelos sujeitos pertencentes a esse. Assim a memória se coloca na atualidade, como um mecanismo imperativo para o Estado quando se estabelece políticas culturais e de reconhecimento patrimonial, uma vez que, a “memória é elemento fulcral da identidade, seja individual, seja coletiva, cujo resgate e determinação se constituem numa das tarefas fundamentais para os indivíduos e para as diferentes sociedades” (LUPORINI, 2000, p.211).

Nesse uso da memória, por parte do Estado, como ferramenta de reconhecimento de grupos sociais e seus patrimônios, se faz importante voltarmos para a história das ações patrimoniais no Brasil, nesse caso, os bens tombados, após a década de 70 passaram a serem compreendidos como documentos representativos de valores culturais para coletividade, dando ênfase nas questões da memória e da identidade. É nesse período que acontece a redefinição na política promovida pelo Estado acerca da preservação da herança formadora do Brasil. Internacionalmente, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura – UNESCO - passa a utilizar o conceito “patrimônio cultural” em substituição ao de “patrimônio histórico e artístico”.

Por conseguinte, a preocupação das sociedades modernas com o patrimônio acabou rompendo com bases aristocráticas e privadas do colecionismo, possibilitando surgir os Estados nacionais. Conforme Fonseca (2005, p. 59), “a noção de patrimônio se inseriu, portanto, no projeto mais amplo de construção de uma identidade nacional, e passou a servir ao processo de consolidação dos Estados-nações moderno”.

A ideia de herança coletiva como parte do exército da cidadania inspirou a utilização do termo patrimônio para designar o conjunto e bens de valor cultural que passaram a ser propriedade da nação, ou seja, do conjunto de todos os cidadãos. A construção do que chamamos de patrimônio histórico e artístico nacional partiu, portanto, de uma motivação prática o novo estatuto de propriedade dos bens confiscados e de uma motivação ideológica necessidade de ressemantizar esses bens. (FONSECA, 2005, p.58).

Como podemos perceber ao longo do tempo, a concepção de patrimônio adquiriu novos elementos e vinculou-se de forma interessante à ideia de nação e cultura. Conforme Poulot (2009, p.199), a partir da década de sessenta a cultura sofre uma mudança na definição de seu conceito, deixa de ser aquela definição canônica de uma herança cultural que se transmite de geração em geração, e passa a se entender como um conjunto de ideias de culturas múltiplas propicia a alimentar e fortalecer a pluralidade de identidades. Cria-se, neste caso, um universo simbólico característico aos patrimônios culturais, onde o valor nacional é o seu cerne (FONSECA, 2005 p.29-31)

Desse modo, surge uma nova definição de patrimônio cultural, o qual está voltado para a participação da comunidade, cuja proteção é justificada por serem considerados portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, essas demandas foram consolidadas na Constituição de 1988, mais precisamente no artigo 216.

Assim, as reivindicações em torno do patrimônio se constituem no âmbito das relações sociais e simbólicas que são tecidas ao redor da edificação ou do objeto, pelos diversos grupos sociais que compõem a sociedade. Nesse sentido os processos de preservação do patrimônio vêm para manter viva a memória de um grupo, mas assim como ela agrega um determinado grupo, ela pode acabar por esquecer muitos outros.

Para elucidar as discussões e os resultados da pesquisa, metodologicamente o trabalho está estruturado da seguinte maneira: Inicialmente apresenta os usos da memória para a constituição do patrimônio, demonstrando o curso do conceito de memória e suas implicações na contemporaneidade para pensar o patrimônio cultural, pelas reivindicações memoriais vinculadas às lembranças, valores e sentimentos, que são fundamentais para formação da identidade, estabelecendo assim valores culturais para um grupo como forma de pertencimento e reconhecimento dos seus laços identitários; em seguida apresenta-se o caso da Ponte Internacional Barão de Mauá enquanto patrimônio cultural, mostrando o grande potencial da mesma para entendimento das dinâmicas sociais neste espaço de fronteira, portadora desta singularidade de ser reconhecida como bem cultural compartilhado entre duas

nações, pois consiste em manter um sentimento de continuidade histórica do grupo e assim sua identidade enquanto cidadãos fronteiriços.

Para acessar as memórias da população fronteiriça utilizou-se método de História oral, com entrevista aberta com um roteiro semiestruturado, mas também foram considerados depoimentos espontâneos das pessoas sobre questões presentes no roteiro. Contudo, nas entrevistas buscou examinar a forma de narrar, subsidio para refletir a relação que a população fronteiriça mantém com a Ponte.

## 2. Memória e patrimônio

A memória contribui como sugere Michael Pollak (1989) para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõe uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade. Nessa busca pela coesão, pelo passado comum e pelo sentimento de pertencimento, com vistas a traçar uma trajetória comum, a cidade pode até escrever e reescrever seu passado, juntando fragmentos e reorganizando-os.

Na busca de compreensão do uso da memória se faz importante discutir algumas definições dessa. Como a apresentada por, Maurice Halbwachs (2003), que nos fornece alguns conceitos fundamentais para a compreensão da memória. O autor expõe que essa é construída socialmente, por quadros sociais, assim como a representação que sociedade vai ter dela própria. Os quadros sociais “são estímulos de que a memória coletiva se serve para recompor uma imagem do passado que concorde em cada época com os pensamentos dominantes da sociedade” (2003, p.10), pois, são estímulos essenciais que estruturam, reorganizam e auxiliam na construção das lembranças sobre o passado no presente.

Dessa maneira, os quadros sociais seriam os grupos ao qual o individuo se relaciona durante sua trajetória de vida como família, escola, trabalho e entre tantos outros. Assim, Halbwachs assegura que as memórias individuais<sup>2</sup> ou coletivas estão marcadas socialmente, visto que o sujeito lembra por que está integrado com a sociedade da qual faz parte, pois os quadros sociais estão no seu redor, logo o sujeito carrega representações (valores morais<sup>3</sup>) da sociedade da qual está inserido. O autor enfatiza que “não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial” (2003, p.170), ou seja, a espacialidade da memória como um espaço que funciona como um marco da memória importante e que nos auxilia tanto na

---

<sup>2</sup> Memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. (HALBWACHS, 2003)

<sup>3</sup> O passa ser considerados como “certo” ou “errado”.

formação quanto na evocação das memórias, garante o sentimento de continuidade, ao passo que “a memória individual existe, mas esta enraizada dentro de quadros sociais, ligada às representações coletivas estabelecidas por grupos sociais”. Assim, não apenas os indivíduos lembram-se das coisas, como também grupos e as mais diversas coletividades.

Nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoa que não se confundem. (HALBWACHS, 2003, p.30).

A memória é formada pela participação social, codificação e compreensão dos símbolos apresentados nos contextos de inserção dos sujeitos. A memória individual seria, no seu limite, uma visão da memória coletiva, segundo Halbwachs (2003, p. 61) “a representação das coisas evocada pela memória individual não é mais que uma forma de tomarmos consciência da representação coletiva relacionada às mesmas coisas” podemos falar em memória coletiva a partir do momento em que evocamos um evento que teve lugar na vida de um grupo.

Para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser constituída sobre uma base comum. Não basta reconstituir pedaço por pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstituição funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aqueles e vice-versa, o que será possível se somente tiverem feito e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo. (HALBWACHS, 2003, p.39)

Desta forma, cada caso de evocação busca confirmação, e é por isso que é um ato social de interação com o outro. Contudo, Halbwachs assegura que estamos inseridos em grupos na sociedade e que nossas lembranças estão sempre permeadas pelas ideias e impressões estabelecidas pelo grupo. A memória social é sempre vivida afetivamente, pois nos recordamos no presente uma vivência coletiva do passado, pelo fato de pertencermos a determinado grupo. Já que o pertencimento é indicado pelo afetivo e não pelo físico. Portanto, a memória coletiva de Halbwachs seria uma memória partilhada por um grupo, um povo, uma nação, constituindo e modelando a identidade, a particularidade e a inscrição na história do grupo relacionado.

Candau (2016) aprofunda a compreensão do conceito de memória coletiva elaborado por Maurice Halbwachs, o ponto chave da sua obra constitui em buscar compreender como passamos de forma individual para forma coletiva de memória e identidade. O autor aponta as diferentes formas e possibilidades ou não do compartilhamento da memória (memória

coletiva). Para ele a “existência de atos de memória coletiva não é suficiente para atestar a realidade de uma memória coletiva. Um grupo pode ter os mesmos marcos memoriais sem que por isso compartilhe as mesmas representações do passado” (CANDAU, 2016, p. 35)

Menciona algumas manifestações da memória, e as diferencia, como protomemória, memória propriamente dita (evocação) e metamemória. A primeira é a memória social incorporada, tal como se expressa (memória habitus) ”que ocorre sem tomada de consciência”, já segunda seria uma recordação ou reconhecimento e a terceira e última a metamemória é a representação que fazemos das próprias lembranças, como nos vemos e identificamos, ou seja, aquela diz respeito à construção identitária.

Para o autor só a metamemória opera nos sujeitos como memória coletiva, pois é um conjunto de representações da memória e podendo ser compartilhada, enquanto as outras duas constituem faculdades individuais não podendo ser compartilhadas. Mediante o exposto, afirma que somente a metamemória faz parte da construção identitária, segundo ele a metamemória opera nos sujeitos como memória coletiva, a representação de memória é entendida segundo Candau (2016, p.24) como “um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros do grupo”. O conhecimento e reconhecimento que se tem dessas, a representação que faz de sua própria memória em relação de troca com o seu passado. O discurso e postura que cada sujeito tem de suas memórias pessoais.

No entanto, ao transmitimos nossas memórias para outros estamos fazendo uso da metamemória, podemos citar o patrimônio como essa forma memorial. Assim, a metamemória transmite uma narrativa de crenças comuns para as memórias individuais, ou seja, a única memória que pode ser compartilhada. Então, metamemória é a única possibilidade de uma memória coletiva (CANDAU, 2016).

O autor precitado trabalha com a ideia de uma metáfora de memória compartilhadas, ao que se considera alguns mecanismos de transmissão sociais. No entanto, torna-se uma tarefa quase impossível de nos desvencilharmos das ações da generalização compartilhada massivamente, uma vez que essa carrega elementos de legitimidade. Então, “só podemos compreender a ideia de memória coletiva a partir da noção de retóricas holistas”, como afirma Candau. “Um reagrupamento de indivíduos (a comunidade, a sociedade, o povo) [...] representações, crenças, recordações (ideologia X ou Y, a religião popular, a consciência ou a memória coletiva) ou ainda elementos imaginários (identidade étnica, identidade cultural)” (CANDAU, 2016; p. 29).

Tanto Candau (2016) como Bergson (1999) partem da visão da memória na perspectiva individual, já que compreende que essa seria a única que se pode comprovar. Para tal posicionamento Candau explica que o discurso de memória coletiva é uma representação, uma expressão da metamemória, um discurso reproduzido sobre uma suposta memória que seria comum e compartilhada como todos os sujeitos que compõem um grupo social.

Neste sentido, podemos dizer então que a memória da sociedade é uma memória construída pela coletividade e dentro dessa podem existir grupos distintos. Então como definir um patrimônio que reconheça e identifique a todos? Em resposta a esse questionamento podemos utilizar as palavras de Funari & Pelegrini (2008, p.9) que ressaltam “o patrimônio individual depende de nós, que decidimos o que nos interessa. Já o coletivo é sempre algo mais distante, pois é definido e determinado por outras pessoas, mesmo quando essa coletividade nos é próxima”. Logo, o patrimônio envolve concepções e sentidos de pertença aos bens, que mudam com o tempo, isto é, com os valores da sociedade, relacionando assim com os conceitos de identidade, modernidade e nacionalidade.

Desse modo, a história de uma sociedade esta relacionada ao seu passado, à sua vivência, às transformações ocorridas ao longo do tempo, isso é a memória como ação que seleciona e se apropriar de seus significados constituídos entorno da preservação de um patrimônio, como a concepção de uma história. Pensando assim, o patrimônio passa ser uma “categoria de pensamento extremamente importante para a vida social e mental de qualquer coletividade humana” (GONÇALVES, 2009, p.22) no qual o seu objetivo é guardar a memória dos acontecimentos, suas origens, sua razão de ser.

Conforme Hernández e Tresseras (2001, p.11), “Hoy coincidimos que patrimonio - patrimonio histórico, patrimonio cultural y patrimonio natural - es una construcción cultural y como tal sujeta a cambios em función de circunstancias históricas y sociales”. Assim patrimônio e visto como uma herança coletiva cultural do passado liga e relaciona os seres humanos do passado com o presente “en beneficio de su riqueza cultural y de su sentido de la identidad” (p.12). Desta forma compreende-se que o patrimônio é um bem que perpassa do passado ao futuro relacionando as distintas gerações.

Segundo Poulot (2009, p.12), “a história do patrimônio é amplamente a história da maneira como uma sociedade constrói seu patrimônio”. A própria sociedade vai entender o que faz parte da sua identidade para assim preservar, o patrimônio passa a ter sentido para comunidade não como algo dado, é a própria sociedade que vai dizer o que faz parte de sua identidade para ser preservado. Assim, a ideia de patrimônio cultural vai implica na existência de um valor a ele atribuído como justificativa da sua importância para a sociedade. Segundo

Possamai (2000, p.21), o patrimônio apresenta-se “como documento da sociedade, é inegável a relevância que este tem, independente dos grupos, classes ou etnias que ele venha a representar ou ainda dos períodos históricos a que se refere, por mais sombrios que esses possam ser”.

Nesta perspectiva Llorenç Prats (1998 p. 63), afirma que “el patrimonio cultural es una invención y una construcción social”, por isso, o valor que uma comunidade estabelece com um bem, concebe o sentido de pertencer a um grupo e a uma determinada identidade. Aliás, o patrimônio cultural de uma sociedade passa ser seu legado, uma herança cultural, composto por patrimônio material e imaterial, e ambos envolvem concepções e sentidos de pertença aos bens, que mudam com o tempo, isto é, com os valores da sociedade, relacionando assim com os conceitos de identidade, modernidade e nacionalidade. Enfim o lado material e imaterial do patrimônio se completa e complementa na sua construção de valor.

Como podemos perceber a imaterialidade de patrimônio material esta ligada aos valores atribuídos a algumas atividades na representação de si de uma sociedade, já que, a identidade de grupo está fortemente ligada ao seu passado, como uma continuidade histórica de sua memória coletiva. Nesse sentido os processos de preservação do patrimônio vêm para manter viva a identidade de um povo/nação, ao preservar um patrimônio a população está também reconhecendo a própria imaterialidade do bem preservado.

O conceito de patrimônio, entretanto, não esteve estático até os dias de hoje. Adquiriu novas acepções, vivenciou a transformação de valores simbólicos essenciais à categoria de pensamento, e a incorporação de outras dimensões, além da histórica e artística. Conforme Poulot (2009 p.14), “na virada do XX para XXI, o patrimônio vem como algo que deve contribuir para revelar a identidade de cada um”.

Desse modo, Candau (2016) assegura que identidade é algo social, que se desenvolve nas interações entre sujeitos, das trocas de informações e das relações próximas (famílias, amigos, colegas de trabalho, conhecidos e outros), assim como dos contextos ao qual está inserido. Esse conjunto de fatores influenciará na identidade do sujeito.

A concepção ilusória de uma única identidade para todos, utiliza como ferramenta elementos de identificação compartilhados, objetos evocam acontecimentos gloriosos, que iram incutir um sentimento de pertencimento. Esse uso de mecanismos sócio transmissores (CANDAU, 2016) é um elo criado e transmitido de uma geração a outra, estabelecendo-se assim uma ideia de fazeres e ações usuais a todos, em uma estruturação social para a criação de uma identidade. Assim, a preservação do patrimônio vem para despertar o sentimento de



pertencimento da sua história, ou seja, da sua identidade como expõe Choay o patrimônio tem papel fundamental na “preservação da identidade dos povos e dos grupos sociais” (CHOAY 2001, p.26).

Ao consideráramos que a memória é diferente e pluralizada, teremos diversos agentes produzindo e difundindo a representação de um patrimônio. Assim, segundo Pierre Nora, a memória vai recorrer aos valores que cultivamos individualmente que por sua vez está, intimamente, associada à memória coletiva, porque constitui um elemento de negociação importante no convívio social. No entanto precisamos contemplar a multiplicidade de experiências sociais, garantindo uma ampla participação popular nos processos de seleção do que deve ser lembrado ou esquecido.

No entanto, o patrimônio cultural passa a ser constituído pela participação da população, da qual convergem esforços em busca de uma memória coletiva, vinculada a lembrança, valores e sentimentos, que são fundamentais para o pertencimento e reconhecimento de seus laços identitários. Desse modo, o reconhecimento de um patrimônio cultural para um grupo se mantém e se constrói na permanência de uma lembrança (reconhecimento), isto é sentimento de pertencimento. Assim, nossa sociedade preserva elementos culturais em função da evocação de uma lembrança. Logo, as escolhas memoriais feitas pelo grupo, isto é essas representações do passado são escolhas patrimoniais, que fazem referência a sua identidade.

### **3. As representações de um Patrimônio**

Para elucidar os questionamentos entorno da representação de um patrimônio, isto é, a imagem que o grupo deseja para si, apresenta-se o caso da Ponte Internacional Barão de Mauá que liga as cidades de Jaguarão, no lado brasileiro e Rio Branco, no lado Uruguai, atualmente ela é considerada um Patrimônio Cultural do MERCOSUL, apresenta-se por uma história compartilhada, com base na economia e na cultura, ou seja, um intercâmbio de mercadorias e costumes. Aliás, a ponte é um lugar do cotidiano da população de Jaguarão e Rio Branco, assim ela aparece nas narrativas memoriais de diferentes gerações, como explica Bosi (2003, p.199-200) “cada geração tem sua cidade, a memória de acontecimentos que são de amarração de sua história”, ou seja, uma memória compartilhada por meio de memórias individuais.

A memória representa a imaterialidade que os lugares como praças, sítios e prédios, em sua materialidade são capazes de fazer rememorar, isto é, a forma de vida daqueles que no passado deles se utilizaram. Logo, não apenas o material de uma edificação carrega valor, e

sim os significados e vivências ali experimentadas, pois a memória passa a ser despertada através desses lugares.

Para Halbwachs (2003) lugares datas, palavras e formas de linguagem seriam representações partilhadas por todos aqueles que têm lembrança. Para o autor a capacidade de lembrar quando assumimos o ponto de vista de um ou mais grupos e nos situamos em uma ou mais correntes do pensamento coletivo. Logo a memória social não seria uma expressão do que aconteceu no passado, mas uma construção coletiva do passado realizada pelos indivíduos de uma determinada coletividade.

Dessa forma, a memória coletiva passa a ser uma memória constituída por grupos e esses constituídos por essa memória. A memória que emerge do social, representada pelas narrativas dos fronteirços de Jaguarão e Rio Branco parte da função da evocação de uma lembrança, para o qual convergem os esforços de busca de uma memória coletiva, vinculada a lembrança, valores e sentimentos, que são fundamentais de forma de pertencimento e reconhecimento.

Como podemos perceber as lembranças mais vivas na memória de ambos os moradores da fronteira esta ligada a infância a família, mas ao mesmo tempo estabelecem um grau de compartilhamento com o mesmo espaço de convívio que a Ponte Internacional Mauá.

Como é possível observar no relato de um morador de Jaguarão:

[...] quando guri a gente ia muito assistir cinema, tinha um pequeno cinema no Uruguai, então aos domingos havia um forte movimento da população para assistir filmes no cinema do Rio Branco [...] nós íamos quase que diariamente buscar a carne no Uruguai que era mais barato e o leite também<sup>4</sup>.

Já interlocutor do lado do Rio Branco:

[...] iba en bicicleta de este niño a Yaguarón, para comprar cosas para mi madre. Era un niño como se dice "niño de mandalete" [...] decía voy a viajar al exterior voy a Yaguarón<sup>5</sup>.

Logo a memória familiar a da infância se torna a mais significativa, isto é, a mais forte dentre tantas experiências relatadas pelos entrevistados. Os moradores da fronteira Jaguarão e Rio Branco estabelecem com a Ponte Internacional Barão de Mauá não só como uma apropriação afetiva, mas também estética e cognitiva estabelecendo assim uma função de “signo”, como elemento significativo e necessário na interação desse grupo no espaço.

Como é possível observar:

Todo mundo adora a ponte, não tem quem não adore a ponte, as pessoas gostam de cruzar a ponte, as pessoas gostam de ir ali ao cais, elas sentam no cais ao lado da

<sup>4</sup> M.G. C., morador da cidade Jaguarão/Brasil, março de 2018.

<sup>5</sup> L. A. A. L., morador da cidade de Rio Branco/ Uruguai, abril de 2018.

ponte e ficam analisando, filmando e tirando foto, as pessoas adoram a ponte. Posso dizer e nosso bem mais valioso historicamente é a ponte, sem duvida ela é um marco principal do nosso turismo, hoje a ponte é uma referencia, centenas de carros cruzam a ponte dos dois lados entrando e saindo. Enfim tem o seu papel importante, eu te digo assim tenho certeza que a ponte é o bem mais importante da cidade de Jaguarão, aonde tu vai tu houve - Que linda ponte que vocês têm! - ela considerada uma das mais bonitas do mundo, mas esta precisando de pintura de reforma [...] a ponte o que mais marca pra gente é a natureza que mostra através das cenas que a gente vê no entardecer, aquela coisa mais bonita, as pessoas vão para o cais do porto para presencia-la todos os dias<sup>6</sup>.

Já para outro morador de Jaguarão:

[...] a ponte é grande símbolo de desenvolvimento e integração fronteiriça estabeleceu um relacionamento como se fosse uma extensão do Brasil para dentro do Uruguai ou como se fosse uma extensão do Uruguai para dentro do nosso estado do Rio Grande do Sul, porque há uma semelhança de vida<sup>7</sup>.

Os lugares ampliam e organizam o espaço em centros de significados. Para Carlos (1996: 16) “o lugar guarda em si, não fora dele, o seu significado e as dimensões do movimento da história em constituição enquanto movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos e do corpo”. Os indivíduos no seu dia a dia tem um sentimento de referência e identificação grupal refletida nos lugares, reconhecendo-se e diferenciando dos demais. Assim, a ponte Internacional Mauá assume esse lugar de significado passando a fazer parte da memória da população local, a memória de um passado comum e de uma identidade social de integração naquele espaço.

#### 4. Conclusões

As narrativas mostram que as representações memoriais que a Ponte Internacional Barão de Mauá acende na população fronteiriça são intensificadas pela memória coletiva, vinculadas às lembranças, valores e sentimentos. Essas representações do espaço estão baseadas nas experiências acumuladas ao longo do tempo pela interação dessa população com lugar. Assim, a interação desse grupo com o espaço faz com que a ponte torna-se um símbolo de pertencimento e reconhecimento dos seus laços indelévelmente fronteiriços.

Portanto a Ponte Internacional Barão de Mauá constitui um importante laço de afetividade para população fronteiriça, pois é intensamente vivenciada no seu cotidiano, como elemento unificador para os moradores locais. Neste sentido, a ponte representa para esses moradores uma construção de muitos sentidos, isto é, a afirmação dentro de um sistema de significados que buscam dar um sentido a identidade local.

<sup>6</sup> R. S. L., morador da cidade de Jaguarão/Brasil, janeiro de 2014.

<sup>7</sup> M.G. C., morador da cidade Jaguarão/Brasil, março de 2018.

## Referências

- BERGSON, Henri. *Matéria e memória*. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo. Martins Fontes, 1999.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*. 19 ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Memória da cidade: lembranças paulistanas*. In: Estudos Avançados, vol.17, n.47, 2003. p. 198-211.
- BRASIL. *Constituição Federal (1988)*. Seção II, Artigo 216, caput, incisos, parágrafos.
- CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume, 2009.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade, Ed. UNESP, 2001.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Minc/IPHAN, 2005.
- FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 25 -33.
- HALBWACHS, Maurice. *Os quadros sociais da memória*. Caracas: Anthropos Editorial, 2004.
- \_\_\_\_\_. *A Memória Coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2003.
- LUPORINI, Teresa Jussara. “Lugares da memória”: políticas pela preservação do patrimônio cultural. *Ciências e Letras*. Porto Alegre: Faculdade Porto-alegrense de Educação, Ciências e Letras, 2000. p. 205-217.
- NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*, nº 10, pp. 07-28, 1993.
- POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio.” In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: vol. 2, nº 3, 1989.
- \_\_\_\_\_. “Memória e identidade social”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992.p.200-2012.

POSSAMAI, Zita Rosane. O patrimônio em construção e o conhecimento histórico. In: *Ciências e Letras*. Porto Alegre: Faculdade Porto-alegrense de Educação, Ciências e Letras, 2000.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII – XXI: do monumento aos valores*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PRATS, Llorenç. El concepto de patrimonio cultural. *Politica y Sociedad* 27(1998), Madrid p.p. 63-76.

Entrevistas:

R. S. L., morador da cidade de Jaguarão/Brasil, janeiro de 2014. Entrevista concedida a Fatiane Fernandes Pacheco.

M. G. C. morador da cidade Jaguarão/Brasil, março de 2018. Entrevista concedida a Fatiane Fernandes Pacheco.

L. A. A. L. morador da cidade de Rio Branco/ Uruguai, abril de 2018. Entrevista concedida a Fatiane Fernandes Pacheco.